

Crisis y Ruptura Peninsular



Edición de

Carmen M^a Comino Fernández de Cañete, Maria da Conceição
Vaz Serra Pontes Cabrita y Juan M. Carrasco González

CRISIS Y RUPTURA PENINSULAR

III Congreso Internacional de la SEEPLU
(Cáceres, 30 y 31 de octubre de 2013)

Edición de

Carmen M^a Comino Fernández de Cañete, Maria da
Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita y Juan M. Carrasco
González



2014

Cáceres

III CONGRESO INTERNACIONAL DE LA SEEPLU – CRISIS Y RUPTURA PENINSULAR

COMITÉ ORGANIZADOR:

Presidenta - Carmen María Comino Fernández de Cañete
Secretaria – Maria da Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita
Vocal – Juan M. Carrasco González



Centro de Estudos Galegos

EL CONGRESO CONTÓ CON EL APOYO DEL GOBIERNO DE EXTREMADURA Y LOS FONDOS FEDER DE LA UNIÓN EUROPEA.

GOBIERNO DE EXTREMADURA
Consejería de Empleo, Empresa e Innovación



UNIÓN EUROPEA
Fondo Europeo de Desarrollo Regional

Una manera de hacer Europa

© Los autores

© Universidad de Extremadura para esta 1ª edición

Edita:

Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones
C/ Caldereros, 2 - Planta 2ª. 10071 Cáceres (España).
Tel. 927 257 041 ; Fax 927 257 046
E-mail: publicac@unex.es
<http://www.unex.es/publicaciones>

Patrocina:

SEEPLU (Sociedad Extremeña de Estudios Portugueses y de la Lusofonía)

I.S.B.N.: 978-84-697-1337-2.

Depósito Legal: CC-276-2014.

Índice

Francisco Ivan da Silva – Gregório de Matos e o século XVII	9-45
Xosé Manuel Dasilva – Los vaivenes cronológicos de las traducciones españolas de <i>Os Lusíadas</i>	47-63
Hélio J. S. Alves – Presença da poesia portuguesa no <i>Siglo de Oro</i>	65-80
Manuel Ferro – O bilinguismo na épica portuguesa do período filipino: entre a expressão autonómica, a afirmação identitária e a importância do contexto cultural espanhol envolvente	81-99
Juan M. Carrasco González – Recepción de la obra del padre António Vieira en España y en la América española (siglos XVII y XVIII)	101-118
Carmen María Comino Fernández de Cañete – Construção silogística em <i>Sonetos à Conceição da Virgem N. S.</i>	119-132
Clara Anunciação, Carlos Severino – <i>Os Lusíadas</i> – símbolo nacional de duas culturas	133-147
Adriano Milho Cordeiro – D. António de Ataíde, cerzindo ideias e políticas por terras de Portugal e de Espanha, no tempo dos Filipes	149-163
Carlos Pazos Justo – (Re)visões, ideias e funções acerca do bilinguismo português-castelhano nas primeiras décadas do século XX	165-178
Milton Pedro Dias Pacheco – “De vossa real presença desejada”: Uma apologia político-alegórica a D. Filipe II de Portugal	179-212
Manuel Gama – Pós 1640: Portugal, do “olvido” ao convívio com a Espanha	213-227

Maria da Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita – A “questão ibérica” em António Sardinha	229-240
Fernando Augusto Machado – Portugal e Espanha na balança ibérica: Uma leitura fantasmagórica situada de Almeida Garrett	241-261
Vanessa Riambau Pinheiro – A universalidade e a desvinculação do passado mítico: Os novos rumos da literatura portuguesa contemporânea	263-275
María Eugenia Pedrosa Casares – La enemistad literaria entre españoles y portugueses en <i>As batalhas do Caia</i> de Mário Cláudio	277-287
Marcos Antonio Rodríguez Piris – <i>Trovas do Bandarra</i> : De Trancoso a Pernambuco	289-304
Ana Alexandra Silva, Maria João Marçalo – Das primeiras gramáticas de português língua estrangeira – Os séculos XVII e XVIII	305-318
Anabela Matias, Paulo Osório, Maria da Graça Sardinha – Níveis de literacia em adultos portugueses e respetiva proficiência linguística: um estudo de caso	319-329
Xurxo Fernández Carballido – A competência cultural no processo de ensino e aprendizagem de português língua estrangeira (PLE)	331-341
José Ángel García López – Versões ignoradas das peças <i>A nossa terra é nossa!</i> e <i>Um remédio malfadado</i> de Ricardo Flores Pérez	343-355

(RE)VISÕES, IDEIAS E FUNÇÕES ACERCA DO BILINGUISMO PORTUGUÊS-CASTELHANO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Carlos Pazos Justo
Universidade do Minho
Grupo Galabra (USC)
carlospazos@ilch.uminho.pt

RESUMO

O objetivo desta comunicação é delimitar e analisar algumas das tomadas de posição no campo literário português nas primeiras décadas do século XX a respeito do bilinguismo luso-castelhano dos séculos XVI-XVIII. Partindo de várias intervenções, como as *traduções* do *Amadis* e a *Diana* de Afonso Lopes Vieira na década de 20, tencionamos conhecer como funciona este *passado* literário/cultural no próprio entendimento da cultura portuguesa e, nomeadamente, no âmbito das relações literárias no quadro peninsular no período em foco.

PALAVRAS-CHAVE: bilinguismo português-castelhano; identidade; relações intersistémicas; funções da literatura.

ABSTRACT

The aim of this paper is to delimit and analyse some of the position takings about Luso-Castillianbilinguism of 16th-17th Centuries in Portuguese literary field of the three first decades of 20th. Taking as a point of departure several interventions, as Afonso Lopes Vieira translations of *Amadis* and *Diana* in the 20's, we intend to figure how this literary/cultural past functions in Portuguese culture self-understanding and, namely, for the area of literary relationships in the Peninsular frame during the focused period.

KEYWORDS: Bilingualism Portuguese-Spanish; Identity; Intersystemic Relationships; Literary functions.

Como trabalho preliminar e no âmbito do estudo das relações intersistémicas no espaço ibérico durante primeiras décadas do XX, nas páginas seguintes proponho-me lançar algumas hipóteses e propostas de análise acerca da *leitura* no campo cultural português do habitualmente denominado bilinguismo português-castelhano dos séculos XVI-XVIII (cfr., por exemplo, Vázquez 1986). À luz das linhas de força do relacionamento entre os sistemas português e espanhol, partimos nomeadamente das tomadas de posição de Afonso Lopes Vieira (1878-1946), com os trabalhos à volta de Gil Vicente e os seus *O Romance de Amadis* (Vieira 1922a) e a *A Diana de Jorge de Montemor* (Vieira 1924), com o intuito de aproximar-nos do funcionamento desse passado literário/cultural no período em foco.

Antes de mais, cumpre destacar o crescente interesse, de longínquos inícios em todo o caso, que o bilinguismo português-castelhano tem despertado no âmbito dos estudos literários; este empenho tem-se centrado nomeadamente no período em que se produz (séculos XVI-XVIII), não tendo respondido, no entanto, a várias das muitas questões colocadas (cfr. García 2008: 16 e ss.) Por outro lado, a análise das leituras, funções e *usos* deste período sob a perspetiva da cultura portuguesa parece um trabalho a fazer, escassamente abordado nas últimas décadas; é notória, neste sentido, a reduzida atenção que tem recebido no estudo das relações entre os sistemas literários espanhol e português dos séculos XIX e XX, apesar de ser este um dos elementos de análise *a priori*, e esta é a minha hipótese de trabalho, de alto potencial para a delimitação e compreensão das linhas de força de dito relacionamento.

Uma análise como a aqui proposta parte de um entendimento da literatura como *locus privilegiado* (Torres 2010: 163); i. e., destacando a função identitária do fenómeno literário dentro da cultura, e, em último extremo, perspetivando esta como mais um elemento basilar no processo de *invenção* das nações em curso desde o século XVIII (Thiesse 2000). Do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho tem igualmente presente a proposta de análise cultural de Itamar de Even-Zohar, aplicada ao fenómeno literário, que concebe a cultura como *bens* e como *ferramentas* (Even-Zohar 1999)⁵⁴; por outras palavras, interessa-

⁵⁴ Segundo o investigador israelita:

me aqui problematizar os usos e valores que concretamente Afonso Lopes Vieira (e outros agentes) associa(m) a produtos literários oriundos do período do biliguismo português-castelhano e a ele inexoravelmente vinculados.

As relações luso-espanholas nas primeiras décadas do século XX

Fracassadas, em boa medida, as elaborações iberistas do século XIX, as relações culturais hispano-portuguesas podem ser entendidas desde Portugal, esquematicamente, como a história de um *rechaço* ou propositada distância (o *lusismo*) face um *outro* (o *castelhanismo*) controvertidamente próximo⁵⁵. Nesta direção, as

En la concepción de la cultura como bienes, la cultura se considera como un conjunto de bienes valiosos, cuya posesión significa riqueza y prestigio. El poseedor de tal conjunto puede usarlo por lo tanto para mostrar sus riquezas. [...] En la concepción de la cultura como herramientas, la cultura se considera como un conjunto de herramientas para la organización de vida, a nivel colectivo e individual (Even-Zohar 1999: 27-28).

⁵⁵ Neste sentido, o investigador Carlos Cunha, em análise da trajetória ideológica de um dos planificadores centrais da cultura portuguesa oitocentista, Teófilo Braga, assinalava:

O lusismo, que funciona face ao castelhanismo (mas não anula o iberismo), demonstra a importância da alteridade na constituição de qualquer identidade. No caso da identidade portuguesa, estabeleceu-se em grande medida com base nesta oposição étnica (e política) entre lusos e castelhanos, estabelecida em finais do século XIX. [...] Nesta lógica, o povo português (*os lusos*, na versão republicana de Teófilo [Braga]) teria conseguido manter a independência graças à sua vitalidade *étnica/rácica*, em oposição ao castelhanismo e aos seus aliados portugueses (a casa de Bragança e os Jesuítas) (Cunha 2012: 106; itálicos no original).

Em sentido análogo aponta Cabo Aseguinalaza referindo-se ao “first historian” português (Cabo 2010: 43): “the essence of Braga’s viewpoint was to demonstrate the original identity of Portuguese literature and its *implicit difference* from foreign literatures such as, *specifically, that of Spain*” (itálicos nossos). Por outro lado, cabe anotar a importante influência deste “firs historian” na historiografia literária em Portugal; segundo Elias Torres: “In the Portuguese case the process of canonization shows the dominant influence of Teófilo Braga and his political and historiographical project, of positivist criticism and its logic in the decisive process of producing a Portuguese canon in the last quarter of the nineteenth century, *which largely persists today*” (Torres 2012: 7; itálicos nossos). Noutros termos e de outra perspetiva, este referente *de oposição* para o sistema cultural português parece estar presente na análise de Eduardo Lourenço acerca das relações luso-espanholas,

primeiras décadas do século XX, particularmente a década de 10, estão marcadas por um acusado antagonismo político e uma intensificação do chamado *perigo espanhol*, fruto do “progresivo deterioro de las relaciones luso-españolas [e da] hostilidad entre los dos regímenes ibéricos” (Torre 2002: 72)⁵⁶. Neste quadro, parece acentuar-se uma imagem negativa (do *inimigo*, poderíamos pensar) relativamente à Castilha/Espanha no imaginário português da altura (cfr. Rocamora 1994), ao mesmo tempo que são praticamente inexistentes as iniciativas culturais promovidas ou apoiadas por instituições dos respetivos estados; a ideia forte entre os agentes e grupos interessados em estabelecer relações no espaço ibérico é, na altura, a da *distância*. Apesar disto, Eça de Queirós é largamente traduzido no Estado espanhol ou Miguel de Unamuno vai pouco e pouco convertendo-se num intermediário central reconhecível e reconhecido por autores portugueses, entre os quais Teixeira de Pascoaes. No mesmo período e com especial incidência no plano intersistémico grupos galegos e, sobretudo, catalães tentam estabelecer, interessadamente, pontes *simétricas*⁵⁷ com Portugal.

Para a década de 20, também sinalizada pelos *tradicionais* entraves no contacto luso-espanhol⁵⁸ (igualmente, mas por outros motivos, no luso-catalão/galego), destacam-se as tentativas de institucionalização do relacionamento cultural (com notável protagonismo para grupos conservadores espanhóis e portugueses), algo tendo a ver, presumivelmente, o respeito

nomeadamente quando menciona o “antiespanholismo” ou o “fantasma ‘iberista’” como elementos da *cultura* portuguesa (Lourenço 1994: 82).

⁵⁶ Pense-se no apoio espanhol, oficial e/ou oficioso, dado às incursões contra-republicanas de Paiva Couceiro desde a Galiza em 1911 e 1912.

⁵⁷ Por *simétricas* ou *simetristas*, noção em elaboração e que apenas rascunho aqui, pretendo significar as tomadas de posição cujo objetivo último parece ser o da afirmação de vários sistemas culturais na Península Ibérica em pé de igualdade (catalão, espanhol e galego-português, em geral); face a estas, os *assimetristas* trabalhariam pela satelização dos sistemas emergentes relativamente aos sistemas consolidados e/ou hegemónicos (o espanhol preferentemente).

⁵⁸ Exemplificamos rapidamente com: instauração em 1920 do 14 de agosto, aniversário da batalha de Aljubarrota, como feriado nacional português; ou, já na ditadura portuguesa (1927), no facto de o Instituto António Sardenha ser encerrado “por supostas actividades iberistas” (Torre 1985: 126).

espanhol pela soberania política portuguesa que irá viabilizar uma “década de bom relacionamento, afastado o ‘perigo espanhol’” (Vicente 2003: 218)⁵⁹. Como é sabido, após a instauração da II República Espanhola e, decorridos poucos anos, com a consolidação do Estado Novo, este quadro relacional vai novamente enfrentar poderosos obstáculos até, *grosso modo*, as últimas décadas da centúria passada.

A cruzada literária de Afonso Lopes Vieira

No panorama até aqui rascunhado e, com grande relevância, nobilitado já o estudo da história da literatura nacional (a portuguesa neste caso), Afonso Lopes Vieira empreende na década de 10 uma particular *cruzada* (cfr. Nobre 2005: 398) visando a *restituição* de produtos literários escritos originalmente em castelhano em função de uma alegada portugalidade intrínseca de que seriam expressão. Note-se, contudo, que as tomadas de posição neste sentido, de apropriação, surgem em finais do século XIX, em redor da *portugalidade* do *Amadis de Gaula*, nomeadamente através da pena *autorizada* de Teófilo Braga com a publicação da *História das novelas portuguesas de cavalaria. Formação do ‘Amadis de Gaula’*, em 1873, onde expõe os argumentos centrais da “tese portuguesa” (Lapa 1970: 18)⁶⁰. Poucos anos mais tarde, em 1893, intervém também Carolina Michaëlis de Vasconcelos para “dar ao problema a feição definitiva [...]: o autor João Lobeira é um personagem histórico suficientemente documentado entre 1258 a 1285, português, certamente de origem galega por parte da mãe” (Lapa 1970: 18).

⁵⁹ Poderíamos citar como tentativas de institucionalização luso-espanholas (várias com participação do monarca espanhol) as seguintes: a homenagem a Eugénio de Castro em Madrid (1922); a fundação, nesse mesmo ano, da madrileña Sociedad de Amigos de Portugal; a comemoração do nascimento de Camões na capital espanhola (1925); ou a participação portuguesa com a instalação do “Pabellón portugués” na Exposição Iberoamericana de Sevilha (1929).

⁶⁰ Nesse mesmo ano de 1873, Alexandre Herculano, no artigo “Novellas de cavalaria portuguesas. Amadis de Gaula”, defende a origem portuguesa do *Amadis* (Medeiros 2006: 34). Agradecemos aqui a Filipa Medeiros a gentileza de nos ter enviado a sua Tese de Mestrado.

Diga-se de passagem que Rodrigues Lapa, galegófilo devotado (e também tradutor do *Amadis*), entendia, em 1970, haver três teses acerca da *naturalidade* do *Amadis de Gaula* -a castelhana, a galega e a galego-portuguesa -, defendendo ele a última mencionada⁶¹.

Neste quadro, Afonso Lopes Vieira inicia a sua *cruzada* com várias intervenções cujo foco central, num primeiro momento, foi Gil Vicente (cfr. Vieira 1910 e 1914)⁶², contando para tal com o auxílio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (Medeiros 2006: 38). Lança assim a versão portuguesa do *Monólogo do Vaqueiro* em 1910 pois, afirmaria anos mais tarde, "Gil Vicente ensina-nos o amor da terra e da gente a que pertencemos, da gente obscura e heróica que, através de sacrifícios sem conta, mantém, com a ternura pela leira de terra que é a sua piquena [sic] pátria, o amor da Pátria grande, de que os humildes casais de família são o alicerce em que ela assenta" (A. Lopes Vieira [1937] *apud* Nobre 2005: 367)⁶³.

⁶¹ A modo de conclusões, Rodrigues Lapa afirmava no artigo citado, texto de uma conferência pronunciada em Vigo:

Podemos [...] dizer que as duas mais altas expressões do génio literário galego-português [sic] são o *Amadis de Gaula* e *Os Lusíadas*; e talvez não seja por mero acaso que essas duas obras-primas [...] tenham como autores dois portugueses de origem galega: João Lobeira e Luís de Camões. A voz da raça e o espírito da língua, elevando-se no azul, que não conhece fronteiras, fizeram esse milagre, unindo no mesmo culto da Beleza imortal dois povos, que por vezes se esquecem de que são realmente irmãos (Lapa 1970: 28).

Note-se que a Galiza (a quem dedica um poema incluído em Vieira 1922: 341-343) estaria presente de alguma forma nas propostas de Lopes Vieira se atendermos ao conteúdo de uma carta enviada ao galego A. Cebreiro em 1925: "*o Amadis (a que mais estimo entre as minhas obras) descende tão directamente da grande Alma Galego-Portuguesa, Madre lírica das Espanhas, nosso encanto e orgulho comum*" (A. Lopes Vieira *apud* Dasilva 1998: 457; itálicos na versão consultada).

⁶² A medida da transcendência do interesse de Lopes Vieira por Gil Vicente fica patente no facto de ter sido, segundo Cristina Nobre, "o principal responsável por uma reinterpretação de Gil Vicente no âmbito dos programas escolares, isto é, pode avaliar-se a acção cultural do escritor pela inclusão de um autor canónico [...] dentro e um novo cânone literário instituído e legitimado pelo sistema de ensino" (Nobre 2005: 380).

⁶³ Na nota do autor incluída na publicação, figuram as seguintes considerações:

Passado á nossa lingua, depois de tantos annos ter incerrada no seu duro castelhanu a sua alma portuguesa, parece-me que o monólogo ganhou em lirismos, - o lirismo que a nossa linguagem impresta [...] Porque onde o castelhanu, aspirado e cerrado, põe a força e o garbo [...] o português

Em 1922, o produtor em foco publica *O Romance de Amadis*, versão pessoal do famoso romance de cavalaria, para, segundo ele próprio, “restituir à Pátria o espírito de uma obra em que o espírito dela se encarnou, para irradiar no mundo” (A. Lopes Vieira [1925] *apud* Dasilva 2008: 105). A primeira e seguintes edições contam com um prefácio de, mais uma vez, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, cuja finalidade não parece ser outra senão a de *validar* cientificamente (Nobre 2005: 359) a proposta de Lopes Vieira: “O romance [...] escrito por Afonso Lopes Vieira [...] não é invenção nova, individual dele. [...] É a interpretação moderna, a síntese de uma das grandes obras antigas de fantasia que todos conhecemos” (C. Michaëlis de Vasconcelos *apud* Dasilva 2008: 106). A reconhecida filóloga conclui a sua exposição com os inequívocos “Bem haja pelo serviço que prestou às letras pátrias [...] Oxalá a nação e o estrangeiro lho agradeçam como merece” (*id.*: 111).

Outras leituras, na mesma direção, parecem apontar para uma acolhida positiva no campo literário português. Deste modo, por exemplo, no *Correio da Manhã*, afirmava Aníbal Soares: “Assim regressam à literatura nacional uma das suas maiores obras [...], que nos tinham fugido pelo desleixo dos nacionais e pela cobiça dos estranhos. *Amadis reincarnou*, na sua forma portuguesa, a sua alma de português” (*apud* Dasilva 2008: 112; sublinhados nossos). Por seu turno, Vitorino Nemésio, depois de utilizar os termos *reconstituição* ou *restituição*, afirma que “[a] índole portuguesa desta lenda bretónica, na reconstituição de Afonso Lopes Vieira, creio estar magnificamente por via do fluxo narrativo”; e mais à frente, “[e] pois que todo o estilo do Romance do Amadis é a própria língua nos seus vasos –rede por onde circula a pura emoção lusitana” (*apud* Dasilva 2008: 115). Igualmente, desde o Integralismo, António Sardinha, saúda efusivamente a proposta de Lopes Vieira:

requebra a modulação suave do seu tom menor. Estranho parecerá que nenhum dos nossos homens de teatro [...] se não lembrasse ha muito de trazer para a scena este monólogo incantador, esta peça da mais viva poesia, integrando na decorativa moldura da reconstituição história, a figura desimpenada do Vaqueiro (Vieira 1910: 27-28).

Naturalmente –poeta tocado da mais casta inspiração lusíada!–, Afonso Lopes Vieira não se limita no seu *nacionalismo* meditado ao desfruto tranquilo dos nossos horizontes quotidianos. O seu conceito de *pátria* projecta-se para além da figuração territorial em que Portugal ordinariamente se exprime, em busca do ponto que indica o consórcio místico da *nossa raça* com os destinos superiores da civilização. [...] E *nacionalizada* enfim a admirável novela na sua génese e antecedentes, como *nacionalizada* fica desde já na imortalidade histórica da nossa *língua* por uma das nossas mais nobres sensibilidades literárias (*apud* Dasilva 2008: 117-118; itálicos nossos).

Pouco depois, em 1924, Lopes Vieira intervém novamente com *A Diana de Jorge Montemor*, introduzindo um extenso prefácio onde se explana (face à *reconstituição* do *Amadis*) acerca da *ressurreição* da *Diana*, realizada através de “uma transposição espiritual do texto, condensando-lhe a alma muito mais que vertendo as palavras em que ele se exprimia” (Vieira 1924: XXX)⁶⁴. Como no caso anterior, são vários os testemunhos a nosso alcance da nova tomada de posição. Manuel Múrias, desde as páginas da *Nação Portuguesa*, entende-a como tendo produzido “com inexcédível relevo uma obra de *nacionalismo literário* [...] de *purificação*, simultaneamente, e de *libertação*” pois “[o] que Afonso Lopes Vieira nos deu agora é só o que, rebelde à índole do castelhano, constitui o fundo português da *alma* artística de Montemor” (*apud* Dasilva 2008: 125; itálicos nossos); sobre o autor, afirma “a sua *posição nacionalista* dentro da literatura, é muito consciente e deliberada” (*id.*: 127; itálicos nossos). Outros agentes, como Vieira de Campos ou, outra vez, Vitorino Nemésio, insistem na ideia da *ressurreição* ou *reintegração* praticada por Lopes Vieira com a sua *Diana* (cfr. Dasilva 2008: 129 e ss.)

Caberia ainda debruçar-se sobre outros depoimentos contrários à *cruzada* de Lopes Vieira no campo literário

⁶⁴ Sobre a escolha linguística do primeiro autor, A. Lopes Vieira assinala: “Nem o *Amadis* deixaria de ser português ainda quando a sua primitiva redacção não fosse portuguesa, nem a *Diana* perdeu qualquer foro nacional por haver sido redigida em castelhano” (Vieira 1924: XXI).

português⁶⁵, também relativamente às leituras ambíguas produzidas desde o sistema literário espanhol (cfr. Dasilva 2008) ou mesmo sobre a singular intervenção do produtor em foco com o seu *O Poema do Cid* de 1929⁶⁶.

Por último, a *cruzada* (e não só) de Afonso Lopes Vieira, segundo Cristina Nobre (2005: 383 e 495), não obteve (nem poderia) o reconhecimento dos republicanos, no poder até 1926; sim, elucidativamente, do Secretariado Nacional de Propaganda (entre outros) em 1940 da mão do seu diretor, António Ferro.

Nota final

A modo de conclusões, necessariamente provisórias, entendo que as sucessivas tomadas de posição do produtor em foco no campo literário português, aqui citadas, ilustram a tendência de agentes e grupos lusos para perspetivarem o denominado bilinguismo português-castelhano não como um espaço de potencial *encontro*, mas antes como um problema proeminente na história da literatura portuguesa, como um obstáculo, portanto, na imaginação do passado nacional. Encenam, do mesmo modo, o não reconhecimento da literatura produzida em castelhano por autores portugueses como *bem* cultural próprio. Aliás, seguindo em parte o caminho traçado por Lopes Vieira,

⁶⁵ Anotamos apenas as ironias epistolares de Teixeira de Pascoaes, produtor literário bem distante das posições de Lopes Vieira: “Outra coisa curiosa é também ver alguns escritores nossos actuais escreverem a *Diana*, de Montemor, os *Lusíadas*, de Camões, o *Romeu e Julieta* e o *Rei Lear*, de Shakespeare! Qualquer dia vou-me dedicar à composição do *De Natura Rerum*, de Lucrecio! Que mundo este!” ([1932] *apud* Nobre 2005: 360).

⁶⁶ Para Xosé Manuel Dasilva, *O Poema do Cid*, sem encontrar “cualquier explicación ideológica”, seria:

una especie de aventura idiomática con la que intentaba cubrir una laguna importante de la historia literaria portuguesa en su fase más remota, cuya lengua aparecía especialmente dotada para la poesía épica y con nula presencia en el cultivo del género épico, al contrario de lo que sucedía en la historia literaria española [pretendiendo verificar] que la lengua portuguesa, caracterizada con harta frecuencia como útil instrumento lírico, era también vehículo de expresión adecuado para la literatura épica (Dasilva 1998: 461-462).

outros, já no Estado Novo, vão pôr em questão a existência do próprio período de bilinguismo (cfr. Osório 1942: 26 e ss)⁶⁷, o que na prática parece promover problemáticamente também uma ocultação ou silenciamento do mesmo, presumivelmente até a atualidade⁶⁸.

Desde posições ideológicas marcadas pelo nacionalismo militante, como é o caso do tradicionalista Lopes Vieira (mas já antes, desde as últimas décadas do século XIX) é ideada e posta em prática uma estratégia concreta com o objetivo de conjurar o problema: não reconhecendo os produtos literários noutra língua que não a própria (especialmente se se tratar do castelhano), uma opção possível é, como vimos, recorrer à apropriação por via da (*pseudo*)tradução, prévia justificação em base a critérios difusos como são o da naturalidade do autor ou a *alma* lusitana que impregnaria os textos. Este proceder, aplaudido por grupos afins, é entendido (numa amálgama de tópicos oriundos do discurso literário, político ou religioso) como uma *restituição*, *reincarnação*, *nacionalização*, *reintegração* ou até *libertação* e *purificação*.

A função identitária que a literatura, o passado literário (e a língua) desempenham na altura é evidente. Assim, a possibilidade ideada e praticada de fortalecer as *fronteiras* do presente estendendo-as ao ambíguo passado, permitem-nos equacionar as propostas de Afonso Lopes Vieira e outros como mais um indício forte para a delimitação e definição da que, entendo, é uma das

⁶⁷ A posição de João de Castro Osório, defensor da apropriação, é, no mínimo, mais frontal face ao bilinguismo como problema:

Assim, se as obras escritas em castelhano por autores portugueses, mesmo as que pelo seu valor próprio merecem a atenção do crítico, não possuem um carácter nacional português, nem pertencem à nossa Literatura, recusemos-lhes mesmo a simples referencia na História da Literatura Portuguesa. Que sejam estudadas, se o merecem e não são obras falhadas, na literatura espanhola [...] Mas se, ao contrário, de carácter nacional, apesar da língua alheia em que estão escritas, são elementos vivos e fundamentais da nossa evolução literária, a esta sejam restituídas inteiramente, revertidas ao português e nêle, só nêle, lidas e estudadas (Osório 1942: 30).

⁶⁸ Refiro apenas um dado de carácter experiencial (e, é verdade, aleatório): os alunos de Letras da Universidade onde leciono não possuem, na sua maioria, qualquer referência ao bilinguismo português-castelhano; é mais, confrontados com factos literários como os poemas em castelhano de L. de Camões têm reagido, em ocasiões, com alguma desconfiança para com o docente.

linhas de força do relacionamento cultural luso-castelhano/espanhol na época contemporânea e cujos atributos iriam desde a *indiferença*, passando pelo *afastamento*, até o *rechaço* e *oposição*.

BIBLIOGRAFIA

- Cabo (2010): Fernando Cabo Aseguinolaza, "The European horizon of Peninsular literary historiographical discourses" in Fernando Cabo Aseguinolaza, Anxo Abuín Gonzalez & César Domínguez (eds.): *A comparative history of literatures in the Iberian Peninsula*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, pp. 1-52.
- Cunha (2012): Carlos Manuel Ferreira da Cunha, "Lusismo versus castelhanismo: uma *invenção* novecentista" in María Jesús Fernández García & María Luísa Leal (coords.): *Imagologías Ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, pp. 101-108.
- Dasilva (1998): José Manuel Dasilva, "Alfonso Lopes Vieira y su 'Poema do Cid' vernáculo: un caso ideológico de traducción" in Leandro Félix Fernández e Emilio Ortega Arjonilla (coords.), *II Estudos sobre traducción e interpretación*, v. 2, Málaga, Universidad de Málaga, 455-466.
- Dasilva (2008): José Manuel Dasilva, *Babel ibérico. Antología de textos críticos sobre a literatura espanhola traduzida em Portugal*, Vigo, Servizo de Publicacións da Universidade de Vigo.
- Even-Zohar (1999): Itamar Even-Zohar, "La literatura como bienes y como herramientas" in Darío Villanueva, Antonio Monegal & Enric Bou (coords.): *Sin Fronteras: Ensayos de Literatura Comparada en Homenaje a Claudio Guillén*, Madrid, Editorial Castalia, pp. 27-36 (accesível em: <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/EZ-Literatura-bienes-herramientas.pdf> [última consulta, 27/05/2013]).
- García (2008): Ana María García Martín, "El bilingüismo luso-castellano en Portugal: estado de la cuestión" in *Aula bilingüe, Investigación y Archivo del castellano como lengua literaria en Portugal*, I, pp. 15-44.
- Lapa (1970): Manuel Rodrigues Lapa, "A Questão do 'Amadis de Gaula' no contexto peninsular" in *Grial* 27, pp. 14-28.
- Lourenço (1994): Eduardo Lourenço, "A Espanha e nós" in Eduardo Lourenço: *A Europa e nós ou as duas razões*, Lisboa, INCM, pp. 79-85.
- Medeiros (2006): Filipa Medeiros, *Os estudos amadisianos, do Romantismo ao Século XXI: descrição e análise dos discursos*

- científicos sobre o Amadis de Gaula*. Tese de mestrado. Lisboa, UNL.
- Nobre (2005): Cristina Nobre, *Afonso Lopes Vieira. A reescrita de Portugal*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Osório (1942): João de Castro Osório, *Florilégio das Poesias Portuguesas Escritas em Castelhana e Restituídas à Língua Nacional*, Lisboa, Editorial Império.
- Rocamora (1994): José Antonio Rocamora, *El nacionalismo ibérico: 1792-1936*, Valladolid, Publicaciones Universidad de Valladolid.
- Thiesse (2000): Anne-Marie Thiesse, *A criação das identidades nacionais*, Lisboa, Temas e Debates.
- Torre (1985): Hipólito de la Torre Gómez, *Do "perigo espanhol" à amizade peninsular. Portugal-Espanha (1919-1930)*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Torre (2002): Hipólito de la Torre, *El imperio del Rey. Alfonso XIII, Portugal y los ingleses (1907-1916)*, Mérida, Gobierno de Extremadura.
- Torres (2010): Elias J. Torres Feijó, "Relacionamento literário galego-português. Legitimação e expansão com Sísifo ao fundo", in Antonio Sáez Delgado & Luis Manuel Gaspar (eds.): *Suroeste. Relaciones literarias y artísticas entre España y Portugal (1890-1936) / Relações literárias e artísticas entre Portugal e Espanha (1890-1936)*, vol. 1, Badajoz, Museo Extremeño e Iberoamericano de Arte Contemporáneo / Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, pp. 163-185.
- Torres (2012): Elías J. Torres Feijó, "Problems in National Allegory. The Galician (and Brazilian) Question in Contemporary Portuguese Literary Historiography" in *Portuguese Studies*, vol. 28, 1: 5-31.
- Vázquez (1986): Pilar Vázquez Cuesta, *A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipes*, Mem Martins, Europa-América.
- Vicente (2003): A. Pedro Vicente, *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações Peninsulares no séc. XX*, Lisboa, Tribuna da História.
- Vieira (1910): Afonso Lopes Vieira, *Gil Vicente. Monólogo do Vaqueiro. Vertido do Castelhana Representado no Teatro D. Maria II. Lisboa. 1910*, Lisboa, A Editora.
- Vieira (1914): Afonso Lopes Vieira, *A Campanha Vicentina*, Lisboa, A Editora.
- Vieira (1922): Afonso Lopes Vieira, *Em demanda do Graal*, Lisboa, Sociedade Editora Portugal-Brasil.

Vieira (1922a): Affonso Lopes Vieira, *O Romance de Amadis. Composto sobre o Amadis de Gaula de Lobeira*, Lisboa, Sociedade Editora Portugal-Brasil.

Vieira (1924): Affonso Lopes Vieira, *A Diana de Jorge de Montemor*, Lisboa, Sociedade Editora Portugal-Brasil.